VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2021

ATA NÚMERO QUATRO

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, teve lugar teve lugar a 2ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em seis de dezembro de 2021 a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Ana Luísa Ferreira, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Dália Miranda Eira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, João Paulo Moreira Correia, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Natália Maria Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Paulo José Melo Martins, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro. ----------

Faltaram os seguintes deputados municipais: Mónica Alexandra da Silva Almeida, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Carla Isabel Argueles Cáceres, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Ana Sofia Moreira da Silva Tavares.----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares

Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Esteve ausente o senhor Vereador José Joaquim Cancela Moura. ----------

O Senhor Presidente da Mesa, referiu ter dado entrada um voto de Pesar do Grupo Municipal do PS, dando a palavra ao líder Municipal do PS, para a sua leitura.----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) apresentou um **Voto de Pesar,** pelo falecimento do Senhor António Alves de Almeida, pai da Senhora Deputada Mónica Almeida, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1). ----------

O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo falecimento do Senhor António Alves de Almeida, pai da Senhora Deputada Mónica Almeida".----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2022, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º e do n.º 2 do art.º 27.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que se trata do melhor Plano e Orçamento deste ciclo autárquico, correndo o risco de parecer repetitivo dizê-lo, mas decorre do trajeto que tem vindo a ser feito para chegar, hoje, ao momento em que contamos com o maior Plano em termos financeiros, tendo em conta o nível de execução. Trata-se de um Plano que consubstancia uma receita e uma despesa previsional de 240 milhões de euros, passando a elucidar o ponto em apreço aos senhores deputados. ----------

Senhor Deputado André Araújo (CDU) teceu diversos comentários relativamente ao ponto em discussão, em particular no que concerne à transferência de competências, à descentralização e mobilidade, conforme documento em anexo (Vide anexo nº 2). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que a intervenção acabada de fazer assentou numa abordagem genérica, tendo passado a elucidar aquilo que parece ser

alguma lacuna de informação, seguramente por responsabilidade da Câmara Municipal, incluindo a posição do município quanto ao processo da Descentralização.----------

Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN) na sua intervenção teceu comentários relativos ao Plano e Orçamento para 2022 e, tendo em conta aquilo com que o PAN se revê deixam um voto de confiança ao executivo acompanhado o presente Orçamento, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, no uso da palavra, passou a tecer os devidos esclarecimentos, para que não fiquem equívocos, sobretudo no que diz respeito a contas, que são muito claras. Referiu, que No Plano e Orçamento há um impacto de 12 milhões de euros do processo de descentralização, já enunciado anteriormente, esse impacto é o saldo zero entre os 12 milhões que se estima receber e os 12 milhões que serão gastos no cumprimento integral do Fundo de Financiamento para a descentralização. No entanto, quando assumiu haver um processo deficitário de cerca de 12,5 milhões, esse processo deficitário está inscrito no orçamento em cerca de 6 milhões, metade do que se considera ser esse impacto, para os 9 meses de 2022, o que significa que terá o dobro da despesa com o processo da descentralização, comparativamente com a receita. Tecnicamente, temos 12 milhões de receita, 12 milhões de impacto negativo, 24 milhões de despesa e 12 milhões de receita. Deixou ainda esclarecimentos adicionais e exaustivos ao ponto em discussão.----------

Senhora Deputada Luísa Silva (BE) teceu considerações ao Plano e Orçamento para 2022, reconhecendo tratar-se de um documento bem estruturado e que se justifica a opção de aumento da despesa prevista. Na especialidade dos eixos de intervenção, a apreciação do BE identifica problemas crónicos e que passou a enunciar em 8 pontos, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues, referiu esperar que da sua resposta decorra uma adaptação das dúvidas e das objeções iniciais e permita consensualizar este documento que é tão importante. Disse haver uma objeção de princípio, dado que a senhora deputada começou e terminou basicamente com a mesma palavra "direção". Mencionou não ter uma visão dirigista e passou a prestar os devidos esclarecimentos à senhora deputada.----------

Senhor Presidente da União de Freguesias Pedroso e Seixezelo, Filipe Lopes, passou a tecer comentários relativamente ao Orçamento e Opções do Plano para 2022, evidenciando, entre outros, o apoio uniforme dado a cada freguesia, razões pelas quais o Grupo Municipal de Presidentes de Junta de Freguesia iria votar favoravelmente, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5).----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu a reflexão e reforçou o compromisso. Disse que, em Vila Nova de Gaia, o Poder autárquico está assente em duas componentes fundamentais, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e que em oito anos pode dizer-se que as Juntas

de Freguesia têm sido verdadeiros parceiros da Câmara Municipal em todo este processo. Deixou os devidos esclarecimentos.----------

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) apresentou a análise do Chega, relativamente à Proposta de Orçamentos e Opções do Plano para 2022, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse sucintamente ao senhor deputado já ter ficado claro que o aumento da despesa e da receita prevista nada tem a ver com o PIB ou com o seu crescimento. Deixou ainda alguns esclarecimentos adicionais. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) referiu que em linha com os Orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente Orçamento privilegia a despesa corrente em detrimento de despesa de capital, sendo esta última, em entender do PSD, a que, desde que criteriosamente e estrategicamente definida, permite criar valor para as gerações vindouras e para o desenvolvimento estrutural do Concelho. Esta situação gera ainda mais apreensão quando se constata que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ que em 2021, ou seja, +37%), a qual se trata de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município. Do lado das receitas o PSD salienta o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia. Como já tem vindo a referir ao longo do anterior mandato, o PSD considera que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que o PSD considera não haver razão para continuar a persistir. Neste sentido, o PSD, mais uma vez, defende a descida dos impostos, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses. Teceu ainda alguns comentários relativamente aos imposto, e disse que face ao exposto, o grupo Municipal do PSD iria votar contra o Orçamento e Opções do Plano para 2022, conforme documento em anexo (Vide anexo nº7).

Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente, Eduardo Vítor Rodrigues, disse que, correndo o risco de ser repetitivo, reiterava não haver nenhum aumento de 22% da despesa de pessoal, sendo que o aumento de 15,7 milhões de euros é exclusivamente imputado à descentralização. Passou a prestar esclarecimentos adicionais à senhora deputada que, em seu entender, fez um discurso em tudo igual ao senhor Vereador do PSD na reunião de Câmara Municipal, repetindo os mesmos erros. Disse, ainda, que no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que saiu há pouco tempo, Vila Nova de Gaia aparece no quadro R7 como o primeiro Concelho do País com maior diminuição da coleta do IMI em 2020, entre muitos outros fatores. Portanto, podiam usar-se todos os argumentos, mas sem o crivo da seriedade a intervenção feita resulta em pura demagogia. Deixou ainda diversos esclarecimentos à senhora Deputada. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) disse que, quanto aos números serem falsos, deveria haver honestidade intelectual, sendo que só reproduziu os números que constam do orçamento e que o senhor Presidente também os referiu. Disse que no Anuário Financeiro também se refere que Vila Nova de Gaia está

entre os 10 municípios que cobram mais impostos. De facto, não se está a falar das Contas, está-se a falar do Orçamento, os Orçamentos são uma consequência do resultado dos exercícios anteriores. Precisamente porque o Município regista um expressivo EBITDA ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization" - "lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização"), que é um indicador de capacidade de libertação de meios, o PSD considera que o Município tem capacidade para acomodar uma descida de impostos em favor dos gaienses.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, respondeu à senhora Deputada dizendo não ser pago para dar aulas, atividade que já exerceu e a que voltará, e que sobretudo não é pago para dar aulas a alunos impreparados, quando diz, se bem entendeu, que o resultado que é apresentado no Orçamento decorre do exercício anterior. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD), retomando a palavra, disse que precisamente porque a Câmara Municipal tem um EBITDA confortável que resultou do ano anterior, obviamente fica com liquidez, por isso agora pode repercutir isso. Obviamente que o Orçamento não se faz só do resultado do exercício anterior, faz-se de todas as receitas. Se tem liquidez também tem margem para reduzir impostos.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse à senhora deputada ter percebido mal a questão, pedindo desculpa, dado que aquilo que a interveniente acabara de dizer era duplamente grave e só tinha percebido uma parte da intervenção. Quando a senhora Deputada disse que EBITDA é confortável porque tem a incorporação da liquidez do ano anterior, ignora intencionalmente ou por ignorância pura que o saldo anterior só é incorporado no município depois de aprovado o Relatório e Contas e depois de fechadas as contas. ----------

Senhora Deputada Ivone Santos (PSD) deixou apenas mais uma nota, sublinhando que o anuário dizia respeito às Contas de 2020, não às contas de 2021.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse à senhora deputada que mesmo tendo-lhe respondendo sistematicamente de forma assertiva, neste momento a alternativa que era ignorar o que a senhora deputada acabou de dizer e passar à frente, não respondendo, mas isso é asfixiante da democracia. Apenas lhe respondeu para que não ficasse com a ideia de que a desprezou, passando a elucidar novamente a senhora Deputada. ----------

Senhor Deputado Rui Leite de Castro (IL) teceu diversos comentários ao Orçamento e Opções do Plano, referindo, entre outros aspetos, o tempo útil que tiveram para uma análise profunda às cerca de 800 folhas entregues, dizendo que deveria haver um resumo inicial da estratégia global da Câmara Municipal nos vários eixos apresentados, conforme documento em anexo (Vide anexo nº8). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por dizer que se tratou basicamente de uma declaração política, não se sentindo interpelado, saudando, pois, a presença da IL nesta Assembleia, pela primeira vez a discutir o Plano. Deu nota do respeito que tem pelo trabalho dos deputados, referindo que houve seis dias para apreciar este documento, sendo que a Lei confere o envio dos documentos até dois dias antes. Gostava que o senhor deputado sublinhasse que só tiveram seis dias para analisar o documento, mas teria sido justo dizer que o município antecipou em quatro dias o envio dos documentos aos senhores deputados. Relativamente ao endividamento, esclareceu não terem uma estratégia para a sua diminuição. É possível até que haja aumento do endividamento, que não se combate para chegar a endividamento zero, é um instrumento de gestão, desde que seja um endividamento equilibrado, deixou ainda alguns esclarecimentos. ----------

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS), na sua intervenção, focou vários assuntos, entre os quais o facto de as contas municipais estarem no verde e a prioridade na Educação e transportes, conforme documento em anexo (Vide anexo nº9). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, começou por agradecer as palavras do senhor deputado e a importância que o senhor deputado deu à temática dos financiamentos externos, evidenciando dados que são ao mesmo tempo relevantes naquilo que pode ser a apreciação dos senhores deputados sobre o comportamento do município para o ano de 2022 e até para o ano de 2023, tendo em conta a utilização dos Fundos Comunitários, conforme referido pelo senhor deputado. Mais do que isso, porque usá-los é uma obrigação que os usemos bem, talvez mais importante que saber usá-los é conseguir obtê-los. Deixou os devidos esclarecimentos relativamente a esta temática.----------

O Senhor Presidente da Mesa deu conta de que passaram as três horas legais e que haveria agora a, apenas mais uma hora, conforme acordado em Reunião de Líderes. Passou a enunciar os tempos de cada Grupo Municipal para que consigam ter a noção dos tempos disponíveis até às 01.15h, hora regimental do termino da Reunião. Neste quadro, havia ainda vários pontos a votação, referindo que quem tem tempo possa, caso o pretenda, fazer intervenção sobre qualquer dos pontos. ----------

Senhora Deputada Paula Baptista (CDU) referiu que, âmbito da discussão em curso, havia um conjunto de linhas e projetos com os quais a CDU sempre concordou e esteve ao lado da Câmara Municipal, reafirmando que, no que diz respeito às obras públicas, continuam a considerar que não deveria ser a autarquia a gastar dinheiro, mas aprovam, pois consideram que são fundamentais para o desenvolvimento do município, e este executivo tem dado mostras de que é possível fazer obras e pagar. Deixou ainda algumas considerações e, para terminar disse que a CDU não tem que estar de acordo em tudo e haver questões de fundo políticas que tem defendido e é a posição da CDU. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos à senhora deputada, focando as questões relativamente às AEC's, IPSS's e a forma como, em pandemia, trouxe a maior valorização dos serviços públicos aos olhos dos cidadãos. Referiu não fazer jogadas de pirataria linguística, na Área Metropolitana, sendo verdade que o que o estudo do INE demonstra tem que ver com o fator LIPOR, não estamos a ser comparados com a SUMA, o fornecedor de serviços é a capacidade que a LIPOR tem, que é um sistema intermunicipal ao qual o nosso município não aderiu, erradamente, deveria ter aderido e hoje estaríamos ao nível do município da Maia ou de Matosinhos. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 do CDS). ----------

Senhor Presidente da Assembleia lembrou que, de acordo com o acordado na conferência de líderes, os pontos 4.17 a 4.20 seriam discutidos em conjunto, embora votados em separado. ----------

Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o Ano 2022".----------

Ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), para o Ano 2022". ----------

Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.), para o Ano 2022". --

Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.), para o Ano 2022".----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) na sua intervenção, teceu diversas considerações relativamente aos pontos em discussão, informando que o PSD iria votar contra a Derrama, IMI e devolução da Participação Variável no IRS, e favoravelmente a TMDP, conforme documento em anexo (Vide anexo nº10). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse que não tinha muito a acrescentar relativamente à intervenção acabada de efetuar, que não diria que agora era um PSD novo que, quando

esteve 16 anos à frente do município, nunca baixou nenhum imposto e agora quer baixar tudo. Referiu, apenas que a redução da Derrama não é de 1% é de 20% é uma questão de fazerem contas. ----------

Senhor Deputado Carlos Vergueiro (PS) na sua intervenção fez uma reflexão sobre os pontos em discussão, tendo, a terminar, referido que cientes do rumo e da ambição para Vila Nova de Gaia e para os Gaienses, por parte deste executivo municipal, o PS iria votar favoravelmente as propostas apresentadas, conforme documento em anexo (Vide anexo nº11). ----------

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) questionou o senhor Deputado Carlos Vergueiro sobre quantas vezes, nos últimos 4 anos, havia sido votada favoravelmente a isenção de pagamentos de algumas taxas a empresas, de forma discricionária. Se não souber qual era o valor, responder-lhe-ia que era assim que o PSD iria buscar uma parte do que sugeriram. A terminar, disse já ter aqui referido que no mandato de 2001/2004, altura em que o PSD liderava a autarquia com maioria e onde estava incluído, pela primeira vez veio a Taxa de Rampa de Garagem, e foi retirada da discussão, pois existia um grupo na bancada do PSD que considerava que essa Taxa não fazia sentido e era injusta, onde também estava incluído. Ao contrário, outros que hoje fazem parte da Vereação votaram a favor e queriam vir com o documento à Assembleia Municipal. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, elucidou o senhor deputado Paulo Martins, o que disse sobre as isenções é demagogia de extrema-direita, o PSD passou 16 anos a fazer todo um conjunto de políticas de isenções às empresas com a "ladainha" de que era para atrair atividade económica isentaram na íntegra todas as taxas sem exceção do El Corte Inglês, isentaram taxas de concessões como o da Marina. O que hoje se está a fazer é, em contraciclo, apanhar investimento que está documentado em jornais como o Expresso, que traz para Vila Nova de Gaia mais investimento do que está a ir para o Porto. Disse que estas isenções servem para atrair investimento e aumentar o IRS, o IMI, o rendimento das famílias e aumentar o emprego. Desafia o senhor deputado a que diga quais as isenções que votaria contra. A terminar, e relativamente à Taxa das Rampas, retiraram o ponto porque na altura o que aconteceu foi uma emanação popular, que foi 1ª página da "Voz de Gaia" e com medo retiraram o ponto. ----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse que, quanto a "ladainha", populismo atroz, medo, hipocrisia, demagogia, etc., o senhor Presidente já estivera do lado da oposição e o PSD no governo da autarquia. Parece que tudo o que foi feito no passado foi errado e o que está a ser feito agora está a ser feito bem. Disse parecer que o PSD não tem direito a ter opinião, efetivamente parece estar numa Assembleia antes dos anos 70. Disse, ainda, que nos 16 anos de executivo PSD nem tudo foi mau, dado que, neste momento, existiam na Vereação elementos que integraram o PSD. O que puseram em questão foi que dado as contas estarem no verde, pretendem efetivamente saber se é ou não possível haver redução das taxas conforme o proposto pelo PSD. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse ao senhor deputado que não aceitará e combaterá politicamente nesta Assembleia qualquer tentativa de desacreditar os seus vereadores, que estão cá há oito anos, a trabalhar ativamente, não faz saídas de vice-presidentes e não transforma vereadores em vedetas; se estão aqui é porque se desiludiram com o PSD e iludiram-se com o PS, já vão oito anos, pelo que não é uma ilusão qualquer. A terminar, disse que o PSD desvirtuou completamente o que era a Social Democracia e transformou-se num partido de Direita Radical e hoje continuam a sê-lo. Disse ainda que, nessa altura, o PSD não combatia ideias, combatia pessoas, ostracizaram e perseguiram pessoas, e o que fizeram no passado enquanto poder tentam fazer hoje enquanto oposição.----------

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse que o senhor Presidente gosta de "virar a caça contra o caçador" esperando que se calem, mas não é o seu caso. Ao anunciar determinadas palavras, foram as do senhor Presidente que, se não gosta de as ouvir, não as deveria ter proferido. Sublinhou querer deixar bem claro que os vereadores a que se referiu e que estão aqui, são pessoas sobre as quais, pessoalmente, não tinha nada a dizer e que são suas amigas. ----------

O Senhor Presidente da mesa solicitou calma aos senhores deputados, alertando para o facto de, neste momento, já se estar fora da hora da reunião, segundo o art. 29 do Regimento, pelo que tudo daqui para a frente até poderia ser impugnado, pelo que a reunião deveria terminar.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, esclareceu que havia regras a cumprir e que o dia 31 de dezembro era a *deadline* para a entrega dos Impostos, sendo que o município ainda necessita de uma semana para tratar a informação. Estamos aqui a fazer o jogo do PSD de achincalhamento de pessoas, estes pontos têm de ser votados hoje, custe o que custar. ----------

O Senhor Presidente da mesa alertou os senhores deputados que era preciso o compromisso de honra de todos para que as votações que se vão seguir não serão impugnadas. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.17. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 06 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 02 do CDS).----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 da CDU). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 11 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 02 abstenções do BE. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH), 02 votos contra da CDU e 01 abstenção do PAN.----------

<u>Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para o Ano 2022".----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD veio para esta Assembleia imbuído no espírito de maior civismo possível num âmbito de boa comunicação e paz. Relativamente a este ponto em discussão, informou que o PSD iria abster-se, deixando os devidos esclarecimentos, conforme documento em anexo (Vide anexo nº12). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse ao senhor Deputado que os problemas da bancada do PSD deve resolvê-los dentro da bancada, aquilo que é uma tentativa de achincalhamento de oposição de "vota abaixo". Registava o ponto de vista do PSD e o seu sentido de voto, tendo deixado alguns esclarecimentos quanto à configuração do Mapa de Pessoal. A terminar, referiu que este Mapa de Pessoal é melhor documento do Plano e Orçamento de sempre, com mais informação, detalhe e todas as informações devidas, muito diferente dos dezasseis apresentados pelo PSD. ----------

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse que se estivesse no lugar do senhor Presidente agradecia alguns reparos que permitissem melhorar o que se faz. Não discutia se este é o melhor ou não. Contudo, consultando Mapas de Pessoal de outras autarquias conclui que, de facto, este podia ser melhorado. ---------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues disse que esta Assembleia é uma Assembleia onde os assuntos são discutidos com intensidade e tem que ser discutidos com intensidade. Para os senhores Deputados estes são documentos que demoraram seis dias a estudar, para o executivo é o currículo e o rosto e, no debate político, não pode chegar-se ao ponto de transformar o convite à melhoria dos documentos numa desqualificação de quem os faz.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.21. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 41 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do IL e 01 do CH). ----------

Ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à aprovação do Pedido de Renovação de Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por mais 5 anos – 2267/20 – Cert. Freguesia de S. Félix da Marinha, solicitado por Rui Vaz das Neves Macedo Ribeiro". -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.22. ----------

Votação: Aprovado Unanimidade.----------

Ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, Rua das Pedrinhas Brancas e da Rua Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 2.402.666,64 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2024: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído)", ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.23. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL.----------

Ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos a)"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos ao Concurso Público para Contratação da Empreitada do "Projeto de Regeneração da antiga Fábrica de Madeiras da Feiteira, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 1.260.934,68 (um milhão, duzentos e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 2.521.869,34 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos (IVA incluído)".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.24. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

Ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos a)"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Dotação de Ligações Mecânicas no Centro Histórico/Ligações Mecânicas Castelo de Gaia (ligações A, B, C e D), em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 847.465,61 (oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos (IVA incluído); ----------

Ano de 2023: € 1.694.931,20 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e um euros e vinte cêntimos (IVA incluído)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.25. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL.----------

Ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos a)ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de reformulação do Nó de Santo Ovídeo, em cumprimento do art.º 22-º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 469.495,80 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 1.877.983,16 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e três euros e dezasseis cêntimos (IVA incluído)".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.26. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

Ponto 4.27. da Ordem de Trabalhos a)"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Santa Marinha, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 1.793.599.96 (um milhão, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 929.575,23 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e três cêntimos (IVA incluído)", ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.27. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

Ponto 4.28. da Ordem de Trabalhos a)"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 932.800,02 (novecentos e trinta e dois mil e oitocentos euros e dois cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 1.399.199,98 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, cento e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos (IVA incluído)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.28. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

Ponto 4.29. da Ordem de Trabalhos a)"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

•Ano de 2022: € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2023: € 3.534.240,88 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------

•Ano de 2024: € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído)". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.29. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL. ----------

Ponto 4.30. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Aditamento do terceiro Aditamento ao "Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, explorado pela STCP – Recolha de Informação para Assinatura". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.30. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do IL) e 01 abstenção do CH. ----------

Ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno pertencente ao Domínio Público Rodoviário, sita sobre o Túnel da A44/IC23, na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, a Celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Vila Nova de Gaia". ----------

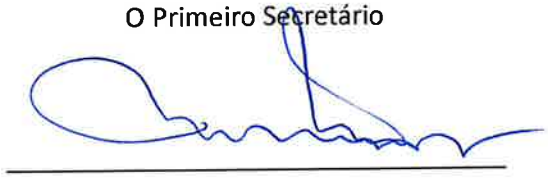
Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.31. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo (Vide anexo nº13). ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e cinquenta e oito minutos do dia vinte e dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

O Primeiro Secretário



(José Manuel de Almeida Couto)

O Presidente da Assembleia Municipal



(Albino Pinto de Almeida)

Documento
Ata
SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Data 21/12/21
Documento Nº
AO. V.V. Jem
21.12.2021

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Voto de pesar pelo Falecimento de António Alves de Almeida

APROVADO POR UNANIMIDADE

Anexo nº 1

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmª Mesa,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal

Meus senhores, minhas senhoras,

António Alves de Almeida nasceu a 23 de junho de 1955 e a sua morte, convoca-nos, mais uma vez para um momento de reflexão.

Independentemente dos valores religiosos que cada um de Nós possa transportar, a morte é sempre um momento de dor.

É essa dor que aqui queremos partilhar com todos os que tiverem a oportunidade de privar com o Sr. Almeida.

Pai da Senhora Deputada Mónica Almeida, o Sr. Almeida era também o marido da D. Maria José. O pai da Andreia e da Mónica. O avô da Diana. Gente a quem vai fazer falta.

A eles mais que a Nós, mas quando parte um Homem bom ficamos todos um pouco mais pobres.

Deixa um legado cívico e político inigualável na nossa Terra.

Militante ativo do Partido Socialista há mais de quarenta anos, foi um dos fundadores da secção de São Félix da Marinha.

Ocupou diversos cargos dentro do partido, sendo também um autarca de Freguesia, onde foi Vogal e Secretário da Junta de Freguesia.

Um democrata, um republicano, um socialista, que se pautou por princípios e valores éticos, combativo nos seus ideais, um Homem de caráter, de compromissos e de uma grande simplicidade. Serviu a causa pública como poucos e essa foi a sua mais nobre missão.

Hoje, aqui reunidos em Assembleia Municipal, asseguramos que saberemos desempenhar com elevação o dever de manter viva a chama da sua memória e o exemplo da sua luta incansável por um mundo melhor para todos.

À sua esposa, filhas e demais familiares e amigos, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia endereça as mais sentidas condolências, manifestando-lhes a mais profunda solidariedade.

Vila Nova de Gaia, 21 de dezembro de 2021

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/12/22
Documento Nº

Anexo nº 2

4.16 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2022

A valorização do Poder Local Democrático é inseparável da garantia das condições necessárias às Autarquias para o cumprimento das suas funções e competências, para a valorização do seu território, eliminação das suas graves assimetrias e desigualdades, assegurando a universalidade das funções sociais do Estado e dos direitos constitucionais. Para a CDU, a descentralização tem que ser baseada numa delimitação clara de competências entre os vários níveis da Administração, sendo inseparável da recuperação da autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais e da reposição das condições para assumirem as competências que já hoje detêm. A descentralização é inseparável da Regionalização e não pode ser apenas acenada como bandeira eleitoral.

Em Vila Nova de Gaia, o PS apresenta a transferência de competências ~~é apresentada~~ como uma oportunidade para mais investimentos. Ao mesmo tempo, rejeita a transferência de competências na Acção Social. Ao mesmo tempo, apresenta, no seu plano, este executivo PS, assume a

transferência de competências como capaz de requalificar escolas e recrutar mais pessoal. Ao mesmo tempo, refere-se a este processo como (e cito) "*O problema é que nós recebemos o carro usado com o motor gripado, com a chapa com ferrugem e agora dizem, resolvam*". Recebe um carro que diz ser engripado e enferrujado, mas diz-se capaz de, com ele, ganhar a Fórmula 1. Mas não já. Vai rejeitar enquanto pode - isto é, até 1 de Abril - como já rejeitou na Ação Social, por falta de financiamento; e, até lá, vai pedir ao dono do stand que adie a data de entrega.

Em que lugar ficamos, senhor Presidente? Qual é, então, a posição do Executivo acerca da descentralização?

A valorização do Poder Local Democrático tem ainda de considerar a plena autonomia das Freguesias. Torna-se, portanto, imperativa a Reorganização Administrativa do território que deve ser devidamente ponderada, atenta às necessidades das populações e as características de cada território, e nunca contra a opinião das populações e os seus interesses. A Junta de Freguesia deve ser parte integrante de um projecto de desenvolvimento territorial abrangente,

diversificado e progressista, da qual se não esvazie a Junta de Freguesia do seu papel fundamental e independente constitucionalmente consagrado, contra todas as formas de ingerência ou subalternização.

A Constituição que define todos os níveis do Poder Local democrático também é clara noutro ponto: o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos. Em Vila Nova de Gaia, esse direito está por cumprir. A título de exemplo, temos 400 trabalhadores nas AECs e muitos Assistentes Operacionais com vínculos precários.

A valorização do Poder Local Democrático não pode ser desligada da ação dos Serviços Públicos de Proximidade que, ao longo dos anos, vemos cada vez menos, como é o caso das CGD, CTT, Finanças e, obviamente, o encerramento dos SASU.

No capítulo da Mobilidade, que não consta no Eixos e Compromissos Centrais para 2022/2025, continuamos a necessitar da construção de uma rede pública integrada de transportes e mobilidade que sirva os interesses da população onde um urbanismo dissociado da rede de

transportes públicos tornou o transporte individual a opção de muitas famílias. A reabilitação da Rede Viária apresenta-se também como eixo fundamental de um plano de desenvolvimento do concelho. É neste sentido que esta problemática apresenta implicações ambientais, de urbanismo e até sociais, económicas e culturais.

O direito à Habitação é também um direito constitucional. Já que foi dada à autarquia a possibilidade de intervenção directa, não pode recusar responsabilidades no que se refere à garantia da habitação para todos os gaienses. No balanço das três formas de regime de propriedade - privado, público e cooperativo - a CDU considera imperativo promover uma reformulação estrutural da intervenção municipal em três domínios - urbanização, reabilitação urbana e habitação.

É facto que as preocupações que aqui trazemos são muitas. Mas as necessidades de um Concelho que chega, no final do mandato, ao primeiro quarto do século XXI, são urgentes. E, neste debate, existem muitas questões que não encontram

resposta no Plano aqui apresentado, entre as quais as seguintes:

- Qual o motivo de não se continuar com a redução de impostos para as famílias, em especial neste período de crise económica e social provocada pela pandemia?
- Sob a estrita competência da Autarquia, quantos trabalhadores com vínculo precário existem?
- Quantos trabalhadores faltam actualmente nos diversos Serviços Públicos? Quantos trabalhadores vão faltar no contexto da descentralização? Quais vão ser os vínculos dos trabalhadores que vão reforçar esses serviços?
- No território do Concelho, quais os Serviços Públicos que estão previstos reabrir e/ou o executivo pretende pugnar pela sua reabertura?
- Continuamos a não ter acesso à Rede de Transportes Integrada, Articulada e Coerente prometida. Qual a sua abrangência? Quais as frequências de transporte? Está previsto o alargamento da STCP no território, considerando-a finalmente como Operador Interno no

Concelho e na Área Metropolitana? Vai a STCP ser o Operador Interno? Porquê mais dois anos de atraso?

- Como vai ser executada a difícil aplicação dos 143 milhões de euros para a habitação? Que projectos estão em marcha, ou pelo menos em planificação? Quais são as linhas orientadoras do investimento?
- O que é que o executivo prevê para a Acção Social? Por que é que, afinal, o dinheiro da transferência do Estado era insuficiente?
- Que políticas inovadoras vão existir para finalmente trazer vida cultural independente ao concelho à altura da sua importância?

Estas são algumas questões que o documento nos suscita. Esperamos que as respostas se mostrem adequadas ao Concelho.

21.12.2021

Pel'A CDU,

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Grupo Municipal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De 21/12/22
Documento Nº

VILA NOVA DE GAIA

Anexo nº 23

Intervenção na Discussão do Plano e Orçamento para o Ano de 2022

No PAN encaramos a política como veículo para a mudança que queremos ver no mundo. Neste âmbito, a visão do PAN passa por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

É com surpresa e satisfação que encaramos este orçamento para 2022. Na verdade, somos da opinião que este executivo finalmente apresenta um orçamento já algo comprometido com metas estruturais em matéria de ambiente, nomeadamente nas políticas que se relacionam com a preservação e promoção da biodiversidade, mas também com as da sustentabilidade. Por outro lado, após o PAN ter trazido a debate, quer nesta assembleia municipal, quer no âmbito do exercício do direito de oposição, temas relacionados com a saúde e proteção animal, vemos, agora, refletido neste orçamento algumas medidas que, embora tímidas, anunciam um começo.

Mas comecemos pelo princípio: as contas.

Parece-nos um orçamento financeiramente equilibrado, não obstante se verificar reiteradamente um aumento significativo da despesa corrente primária. Percebemos que parte deste aumento das despesas correntes face a 2021 tem que ver com os encargos decorrentes do processo de descentralização de competências e que nas palavras do Sr. Presidente da Câmara terá um impacto de 12M€. No entanto, o que se verifica é um aumento da despesa corrente, em relação a 2021, de 27M€ (15,7M€ nas despesas de Pessoal e de 12,1M€ nas aquisições e serviços) muito acima da receita prevista de 17,9M€, do Fundo de Financiamento da Descentralização. Ora, não tendo sido aprovado o OE e com isso a possível não concretização de transferências de competências da saúde,

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

educação e ação social, previstas para o primeiro trimestre, não será demasiado otimismo a inscrição no Orçamento dos valores referidos?

Quanto à despesa de investimento, entendemos que segue um modelo racional e de continuidade das políticas do executivo, algumas das quais, como já foi vindo a ser demonstrado no anterior mandato, não acompanhamos, mas que no geral daremos o nosso apoio.

Quanto à política fiscal acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar empregos verdes, estáveis e duradouros.

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política orçamental, social, habitacional, educacional, cultural, bem como nas áreas da saúde.

Ficamos agradavelmente surpreendidos com o surgimento da sigla LGBTI+ neste plano de atividades.

Esperemos agora que finalmente a recomendação que o PAN apresentou e que foi aprovada em Assembleia Municipal sob a epigrafe "O Alargamento da Rede Especialista de Intervenção com Vítimas da Violência à população LGBTI+" veja finalmente a luz do dia. Tema este, na nossa perspetiva, de sobeja importância ainda mais sabendo que o mesmo abrange sobretudo crianças, adolescentes e jovens. Faltam instituições que previnam que este grupo etário não entre no "armário" por estas crianças se sentirem incompreendidas e desprotegidas pela família e pela sociedade.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, como já referido, este orçamento apresenta-se como inovador em relação aos antecedentes, demonstrando um conjunto de intenções, na área da gestão de recursos, que consideramos primordiais na mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que toca à eficiência energética dos edifícios e da iluminação pública, o incremento da reciclagem, a renovação da frota automóvel por veículos mais sustentáveis, a

instalação de jardins verticais e telhados verdes, a criação de espaços verde de proximidade e a reutilização das águas pluviais.

De igual modo, no âmbito da pegada ecológica vemos também com agrado que alguns dos compromissos assumidos no Pacto de Milão, no que toca às Dietas e Nutrição sustentáveis, nomeadamente quanto à redução substancial do consumo de carne, começam agora a ganhar vida com a introdução de uma refeição de base vegetal nas escolas do ensino básico.

Não obstante, todas estas intenções só resultam em avanços se forem implementadas e executadas a curto prazo. Relembram-se algumas medidas que teimam em não ser implementadas. Desde logo a manutenção do uso do glifosato em espaço público, muitas das vezes aplicado sem sequer se cumprir as disposições legais no que concerne ao aviso prévio da sua aplicação. A desplastificação dos serviços camarários que continua a não ser implementada, a par do consumo da água da torneira. Não basta uma política de promoção de comportamentos, é preciso também dar o exemplo.

Neste âmbito, continuamos a não acompanhar as (não) políticas de proteção e conservação da biodiversidade, nomeadamente no que toca à Reserva Natural do Estuário do Douro e às suas áreas circundantes (Vale de S. Paio).

Não vislumbramos qualquer medida tendente a mitigar a poluição existente no rio Douro.

Não acompanhamos a construção de um complexo aquático no interior do Parque da Lavandeira.

Quanto ao apoio à economia local e aos pequenos produtores também não se vislumbra qualquer medida de apoio nomeadamente à agricultura biológica. Bem pelo contrário, o que se assiste em Gaia é o continuar da invasão de grandes superfícies comerciais e hipermercados com a consequente extinção do pequeno comércio.

Quanto à temática da proteção, saúde e bem-estar animal, congratulamo-nos e saudamos uma série de medidas, as quais têm vindo a ser reiteradamente reclamadas pelo PAN. Desde logo destacamos as políticas que o Executivo pretende implementar no apoio às associações de animais e à esterilização, não só com a efetivação do programa CED, mas também o apoio aos detentores que

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

careçam de ajuda para suportar despesas médicas do seu animal de companhia, a criação de parque de acolhimento de matilhas e a criação de uma Praia Pet Friendly.

Apesar, destas medidas que no nosso entendimento são positivas, continuaremos a pugnar pela adoção de outras que consideramos essenciais nesta matéria, nomeadamente:

1. a criação de um Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar animal, dotado de verba orçamental para a sua execução;
2. Adotar um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal, que promova uma maior proteção e bem-estar animal na autarquia;
3. Promover um Programa Municipal de Educação Ambiental que integre a matéria do bem-estar animal, em colaboração com os estabelecimentos de ensino, as empresas e as organizações não governamentais e equiparadas e associações zoófilas existentes no município;
4. Estabelecimento de uma rede de Famílias de Acolhimento Temporário (FATs), em colaboração com as Juntas de Freguesia, que permita que os animais possam ser acolhidos antes de seguirem para uma família definitiva;
5. Incluir o socorro animal no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.

Quanto a nós PAN, e para concluir a nossa intervenção, queremos deixar claro que na execução deste orçamento continuaremos a insistir, entre outras temáticas, para que:

1. as intervenções em matéria de vias cicláveis prevejam que estas sejam interligadas;
2. o plano municipal para a mobilidade sustentável seja de facto uma realidade;
3. se verifique um aumento significativo do parque arbóreo no concelho e que estes espaços verdes se interliguem;
4. as políticas de captura-esterilização e devolução de animais sejam uma realidade;

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

5. as políticas para um desenvolvimento sustentável e descarbonização não sejam uma mera intenção do politicamente correto e que de facto sejam implementadas;

Para além do exposto, continuaremos a bater-nos:

- por mais incentivos municipais à mobilidade elétrica;
- por um turismo sustentável;
- que a conservação da biodiversidade e das áreas protegidas seja uma prioridade;
- pela existência de uma sondagem periódica relativa à questão do impacte dos resíduos na Reserva Natural Estuário do Douro, criando para o efeito um guia de acompanhamento de resíduos no Rio Douro;
- pela promoção e incremento de workshops informativos e de sensibilização em torno da alimentação e da sustentabilidade ambiental, nomeadamente sobre o consumo de alimentos de origem animal e o seu inquestionável impacte negativo no planeta.

Para terminar, cremos que tendo em conta aquilo em que nos revemos no presente orçamento para 2022, porque efetivamente cumprimos o que veiculamos na campanha eleitoral, porque somos um partido responsável e queremos a estabilidade e segurança dos gaienses, deixamos um voto de confiança ao executivo pelo que acompanharemos o presente Orçamento.

Vila Nova de Gaia, 21 de dezembro de 2021

O Grupo Municipal

do PAN - Pessoas - Animais – Natureza

Pedro Ribeiro de Castro

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/12/22
Documento Nº_____

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Gaia, 21 Dezembro 2021

Anexo nº 4

Intervenção

Assunto: Orçamento e Plano 2022

O Relatório do Orçamento é um documento bem estruturado e que justifica a opção de aumento da despesa prevista, nomeadamente importante nas Despesas com Pessoal e na Aquisição de Bens e Serviços. Tendo em conta a evolução das contas do Município nas duas legislaturas anteriores e a situação financeira actual, o Bloco de Esquerda não se opõe a esse aumento de despesa.

De uma forma geral, as Grandes Opções do Plano estão, a nosso ver, equilibradas entre os investimentos e os compromissos nas diferentes áreas do social. É na especialidade dos eixos de intervenção que a nossa apreciação identifica problemas crónicos em Gaia a que este Plano e Orçamento não dá resposta suficiente. Enunciá-los-emos em oito pontos.

1. O investimento em estruturas de resposta social

1.1. O alargamento da rede de creches é pensado em termos de apoio directo às famílias e de apoio às IPSSS – o Bloco entende que o Município deve ter uma rede pública de creches, à semelhança da que existe para os jardins de infância (vulgo 'pré-primário') e para as escolas, que dê resposta universal e gratuita.

1.2. Não se refere a criação de uma rede pública de estruturas residenciais e não residenciais de apoio à população idosa, nem tão pouco se refere o apoio sustentado às IPSSS para a resposta às graves carências actuais.

1.3. No domínio da deficiência, são propostas duas estruturas obviamente necessárias, destinadas a adultos portadores de deficiência. Elas são no entanto, à partida, claramente insuficientes face à quase total inexistência de respostas no concelho, nesse domínio da preparação para a vida activa e da ocupação a partir do final da escolaridade.

1.4. No domínio da saúde mental, o Plano não prevê investimento em nenhuma estrutura na comunidade, dirigindo-se apenas para um programa de promoção da iliteracia em saúde mental. Estruturas comunitárias de acolhimento e continuidade de cuidados em saúde mental são indispensáveis numa sociedade bem estruturada e inclusiva.

1.5. O Projecto Integrar, dirigido à população sem abrigo, conta com várias valências oportunas mas não contem referência à criação de residência de transição para a vida com abrigo.

1.6. Na mesma linha de necessidade de acolhimento residencial, o Relatório não refere a criação de residência para situações de emergência.

2. Mobilidade sustentável

2.1. O projecto BICIGAIA e o de bicicletas partilhadas são iniciativas interessantes mas que exigiriam estar apoiadas por projecto de criação de faixas cicláveis.

2.2. A inclusão dos cidadãos com mobilidades diferenciadas, por razões várias, exigiria canalização de recursos para plano generalizado de reabilitação de passeios e de criação de soluções para as vias que, nomeadamente atravessando agregados populacionais, não os contêm.

2.3. O alargamento do Mob+ a todas as freguesias devia ser acompanhado de um alargamento do serviço no sentido de pequenas carreiras interiores circulares e regulares que possam servir toda a população nos aglomerados não servidos de transporte colectivo adequado.

3. Gaia Sustentável

3.1. O capítulo está particularmente desenvolvido do ponto de vista da sua filosofia e contem uma série de medidas bem integradas e oportunas. Sendo que Gaia regista (na AMP) o segundo pior nível municipal de valorização de resíduos, é decididamente importante apostar na prática comunitária da compostagem e da separação. Paralelamente, haverá medidas mais estruturais a implementar por

Rasurei "na AMP"

parte da empresa de recolha e outras a exigir das organizações, nomeadamente as industriais e as comerciais.

3.2. Neste capítulo está incluída a Smart City e os cidadãos. O orçamento deveria contemplar o acesso livre gratuito a internet, instalando redes de wi-fi abertas em todos os locais de acesso do público, nos edifícios municipais e de freguesia, bem como nos centros cívicos, praças, parques e jardins a fim de lutar contra a exclusão digital.

4. Transparência e participação

4.1. Concordamos com a ideia de transparência e participação desenvolvida no Relatório embora constatemos que a informação sobre os projectos (operações urbanísticas, projectos de infraestruturas, requalificações de zonas, etc.) no site da Câmara e no da Gaiurb, é maioritariamente de divulgação e não é informativa dos projectos concretos. De igual modo, não são divulgados os relatórios de avaliação dos projectos e programas.

4.2. De modo semelhante, constatamos que a participação promovida no processo de Revisão do PDM foi, ou está a ser, muito menos abrangente e essencial do que o Relatório afirma como intenção.

4.3. Referindo-nos ao GOP+Jovem, concordamos com o seu interesse e progressiva capacidade verificada de aumento da participação. Esse sucesso implica a exigência de organização de um Orçamento Participativo para a população em geral.

5. A Cultura, ausente do Plano e Orçamento

Mais uma vez, o Plano é orientado por uma visão da cultura como somatório de equipamentos e de eventos. Não contestamos o interesse das acções apontadas, mas afirmamos a exigência de uma política estratégica para as artes, com direcção artística autónoma, com projecto e programação própria.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

Luísa Ferreira da Silva

João Martins

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Anexo nº 5

ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2022

Somos hoje chamados a apreciar e votar o Orçamento e Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022.

Quando analisamos o documento apresentado, alguns de nós que aqui estamos desde 2013, temos já alguma dificuldade em nos lembrar do estado caótico em que se encontravam as finanças da Câmara Municipal. Estado esse que penalizou as ambições dos executivos, quer municipal quer das freguesias, que iniciavam as suas funções, a grande maioria pela primeira vez e que estávamos ansiosos por fazer diferente.

Hoje, os partidos responsáveis por essa gestão calamitosa exigem ao atual executivo uma redução de taxas, quando no tempo da sua gestão tinham as taxas no máximo e uma enorme criatividade na criação de taxas, exemplo disso a famosa taxa das rampas, onerando dessa forma os gaienses.

No entanto, 8 anos volvidos, e sob o lema "Dedicados a Gaia", foi possível devolver a esperança e confiança aos Gaienses. Credibilizar a Câmara, dando transparência e rigor à sua gestão, criar um conjunto de políticas onde o objetivo era a melhoria da qualidade de vida das pessoas e realizar um elevado conjunto de investimentos, investimentos inteligentes, sustentáveis e estruturantes para o futuro do Concelho.

Ao mesmo tempo, nós presidentes de junta, sentíamos no executivo municipal um imprescindível parceiro na concretização dos nossos projetos e objetivos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Apoio esse uniforme a cada Freguesia e não em função da cor do cartão de militância do seu presidente, situação que não era prática até 2013 em Vila Nova de Gaia.

Durante este período assistimos a um envolvimento de toda a comunidade. As escolas, as instituições e coletividades, as empresas, todos foram assumindo o seu papel neste projeto integrador para Vila Nova de Gaia.

Só assim, com a participação de todos, é que foi possível atingir o patamar de excelência na gestão do nosso município, como aliás é bem demonstrativo no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020 apresentado a 13 de dezembro.
Hoje, olhamos para o Plano de Atividades e Orçamento para 2020 e vemos plasmadas as propostas para concretizar os grandes objetivos do município em questões relacionadas com a Ação Social, a Educação, a Habitação, a Mobilidade, entre outras.

Vemos também no documento ~~a ambição de dar resposta~~ as propostas às ambições de cada Freguesia / União de Freguesias, que mais uma vez foram auscultadas aquando da elaboração deste documento.

Permitam-me, neste tempo estranho de pandemia, enaltecer a visão do Sr. Presidente de Câmara dada ao investimento dado aos equipamentos de saúde. Em devido tempo assumiu como prioridade a requalificação do nosso Hospital de Gaia. Criticado por não ser um hospital novo, criticado por se substituir ao poder central financiando vários milhões do orçamento municipal para viabilizar a obra.

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Hoje, e apesar de a totalidade das obras ainda não terem terminado, já é bem visível a quem visita o nosso hospital o impacto do investimento realizado, investimento esse em prol de todos nós, Gaienses.

Mas os investimentos nos equipamentos de saúde não ficaram por aqui. O Centro de Saúde de Vilar de Andorinho e da Madalena já foram inaugurados e em estão em funcionamento. Seguem-se o Centro de Saúde dos Carvalhos (já em fase de concurso público, estando o arranque da obra previsto para finais de 2022 / início de 2023), o Centro de Saúde de Grijó e o Centro de Saúde da Afurada.

Por tudo isso, por toda a solidariedade e apoio recebidos pelo município e pelo que certamente iremos continuar a receber e por sentirmos que somos parte integrante deste projeto de "Dedicados a Gaia", o Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta votará favoravelmente o Orçamento e Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2022.

P' Grupo Parlamentar dos Presidentes de Junta

Filipe Silva Lopes

Sr. Presidente da MDG
Srs. e Srs. Secretários
Sr. Presidente do Executivo
Srs. e Srs. Vereadores
Srs. e Srs. Deputados
~~Imprensa~~ C. Social
Polícia Municipal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/12/22
Documento Nº

Grupo Municipal Anexo nº 6

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Após análise da Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2022, podemos afirmar que estamos perante uma proposta, no mínimo, pouco cuidada em relação ao aumento da despesa corrente e aos riscos que esta acarreta. Aumentos da despesa corrente primária, muito acima das previsões optimistas do governo, quanto ao crescimento previsto do PIB para o próximo ano, pode tornar esta despesa dificilmente controlável, nomeadamente numa eventual necessidade da sua redução.

Mas nem tudo é negativo, saudamos programas como o "Gaia Aprende + (i) "i" de inclusão, o "Gaia Cuidador" assim como o "Gaia Protege +". No CHEGA encontrarão sempre um aliado na acérrima defesa das pessoas portadoras de deficiência e na luta contra qualquer tipo de violência sobre as mulheres. Saúdo também, não fosse eu o responsável pela área da Defesa do meu Partido, a criação de um programa próprio para promover a participação dos jovens no "Curso de Defesa para Jovens CDJ" e toda e qualquer aproximação e colaboração com o Instituto da Defesa Nacional.

Por outro lado, discordamos de propostas como a da criação de uma rede de piscinas municipais, com evidências mais do que suficientes, em muitos municípios nacionais, do impacto, muitas vezes ruinoso, para os orçamentos locais, deste tipo de programas.

Não percebemos, a ausência de um Plano Municipal de Prevenção da Corrupção, de Simplificação e Transparência, de um Complemento Solidário Municipal para Idosos, de um Plano de Acompanhamento de Comunidades com Problemas de Integração, e com a não aposta na Reclassificação do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho no grupo "E" das unidades hospitalares nacionais. Propostas, todas elas, apresentadas pelo CHEGA a este executivo e pedras basilares da nossa actuação política.

Assim, e tendo em consideração tudo o aqui descrito, não resta outra alternativa ao CHEGA senão votar contra esta Proposta de Orçamento.

Vila Nova de Gaia, 12 de Novembro de 2021

O Deputado do Grupo Municipal do Partido CHEGA!

Resentadigação + 1600 funcionários.

GAIA PSD

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Anexo nº 7

Assunto: Orçamento e Opções do Plano 2022

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/2/22
Documento Nº

Relativamente ao documento em apreço somos a referir:

1. Em linha com os orçamentos apresentados em mandatos anteriores, o presente orçamento privilegia a despesa corrente em detrimento da despesa de capital, sendo esta última, em nosso entender a que, desde que criteriosamente e estrategicamente definido, permite criar valor para as gerações vindouras e para o desenvolvimento estrutural do Concelho de Vila Nova de Gaia.

   De facto, a despesa corrente orçada aumentou 27M€ face a 2021 (+22%) enquanto a despesa de capital diminuiu 14,85M€ (-15%).

   Esta situação gera-nos ainda mais apreensão quando constatamos que a despesa corrente que mais cresceu foi as despesas com pessoal (+15,7M€ que em 2021, ou seja, +37%), a qual se trata de uma despesa "rígida" e que, em caso de retração da economia, poderá gerar pressões financeiras nas contas do Município.

   Ao nível das despesas correntes salienta-se, ainda, o crescimento das despesas com bens e serviços (+12M€ que em 2021, isto é, +23%).

   Embora para o ano de 2022 existam aumentos de despesa decorrentes da transferência de competências, estes não justificam na totalidade o aumento de despesa corrente registado. De facto, as receitas relativas a transferências de competências consideradas são de 17,4M€ enquanto, no global, as despesas com pessoal e as despesas com bens serviços aumentam 27,7M€ (+10,3M€).

   Outra rubrica que assume forte relevância nas despesas correntes são as transferências correntes e os subsídios, as quais, no total, ascendem a 23,3M€ (15,7% da despesa corrente). Pela sua materialidade importa aferir a efectiva aplicação das verbas no fim a que se destinam, bem como avaliar a eficácia das mesmas.

2. Do lado das receitas salientamos o forte peso dos impostos cobrados pela autarquia. O valor de impostos directos, principal rubrica de receita, ascende a 85,9M€ (+1,8 M€ que em 2021), representando 36% da receita total e 53% da receita corrente.

   Se ao valor dos impostos directos somarmos o valor de transferências relativos à participação variável no IRS (17,62M€), o valor de impostos arrecadadas pela câmara ascende a 103,54 M€, isto é, 43% da receita total e 64% da receita corrente.

Como já temos vindo a referir ao longo do anterior mandato consideramos que os gaienses se encontram demasiado onerados pela carga fiscal e discriminados negativamente em relação aos portugueses de outros Municípios do país, situação que consideramos não haver razão para continuar a persistir.

Neste sentido, o PSD, mais uma vez, defende a descida dos impostos, bem como uma maior devolução da participação variável do IRS aos gaienses.

Atente-se que, em 2021, 66 Municípios devolvem 2,5% ou mais da participação variável do IRS aos seus munícipes e são já 36 os Municípios que devolvem a totalidade participação variável do IRS aos seus munícipes.

No que respeita ao IMI, no distrito do Porto apenas dois Municípios (a Trofa e Valongo) cobram uma taxa de IMI superior à cobrada em Gaia.

3. Constatamos, também, que o orçamento apresentado cumpre a regra do Equilíbrio Orçamental. Porém, não podemos deixar de manifestar preocupação com a diminuição da margem apurada de 5,9 milhões de euros em 2021 para 569 mil euros em 2022. A margem diminuiu 90% em 2022 face a 2021.

   A proposta do PSD em baixar os impostos não é, contudo, incompatível com esta preocupação, nem com o aumento do rendimento disponível das famílias. O que defendemos é uma estratégia política diferente, com maior autonomia dos gaienses na gestão dos seus rendimentos. De igual modo, a perda de receita decorrente da redução de impostos poderia ser compensada por uma política mais criteriosa de isenção de taxas e licenças.

   Ao longo do mandato anterior, até Maio passado, as isenções atribuídas pelo Município ascenderam a 3,7M€. Se algumas destas isenções foram aceitáveis e justificáveis, outras há que, no sosso entender são dispensáveis.

4. Ainda no que respeita, quer às receitas, quer às despesas, é de todo para nós impossível saber, com a informação disponível, se as verbas respeitantes às transferências de competências inscritas no orçamento se encontram subavaliadas ou sobreavaliadas, tendo em conta, por exemplo, o estado de conservação dos edifícios ou os funcionários que poderão estar incluídos nos autos de transferência.

5. De acordo com os dados do documento relativo à da ELH – Estratégia Local de Habitação, o Município regista uma carência de habitação superior a mais de 3.000 agregados e dos quase 2.500 pedidos de habitação pendentes na Gaiurb, entre 2014 e 2019, estão em curso 1.800.

   Por isso, o PSD acompanhou a decisão da Câmara em contratualizar os procedimentos para a aquisição de 274 edifícios pré-existentes, que até possam ser requalificados, e para a construção de raiz de 280 imóveis, no âmbito do programa 1.º Direito, financiado pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – convictos de que possa dar resposta às necessidades imediatas sobretudo aos pedidos de habitação pendentes, de famílias vulneráveis e em condição económica difícil.

   Paralelamente, entendemos que importaria reconfigurar o atual programa de apoio ao arrendamento, que custa anualmente quase 1M€, como uma medida social de caráter transitório, limitando-a no tempo e balizando até as comparticipações concedidas à realidade concreta de cada agregado familiar e rever, com maior rigor, as regras de apoio financeiro ao arrendamento ou execução de obras em habitações degradadas, no âmbito do programa Gaia + Inclusiva, que representaram em 2020 um encargo de 800 mil euros, para racionalizar os recursos municipais e rentabilizar os apoios financeiros concedidos pelo município.

6. No âmbito das políticas assistenciais do município, e não desvalorizando a criação de um voucher-creche municipal anual ou o alargamento da rede municipal de creches, que reputamos de importante, deverá constituir uma prioridade uma resposta social de igual natureza e a universalidade de tratamento para a terceira idade, em crescente condição de fragilidade e vulnerabilidade, matéria em que a presente proposta de orçamento também é omissa.

7. Por fim, e como resposta aos problemas sociais elencados nos dois pontos anteriores, consideramos que seria interessante a Autarquia, à semelhança do que já acontece no Porto e em Lisboa, desenvolver projectos de *cohousing*, promovendo assim o espírito de entreajuda entre os residentes, bem como o convívio inter-geracional.

Face ao exposto, o PSD vota contra o Orçamento e Opções do Plano 2022.

Vila Nova de Gaia, 21 de Dezembro de 2021

P'los Srs. Deputados do PSD,

Belmiro Santos [Assembleia Municipal]

De: ruilc60@sapo.pt
Enviado: 4 de janeiro de 2022 12:28
Para: Núcleo de Apoio Assembleia Municipal
Assunto: Intervenção deputado IL sessão 21 de dezembro
Anexos: Apreciação do Plano e Orçamento para 2022.docx

AVISO: Este email tem origem num remetente externo. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Bom dia,
Junto envio cópia da minha intervenção na sessão da Ass. Municipal de 21 de dezembro de 2021.

Melhores cumprimentos,
Rui Leite de Castro
Iniciativa Liberal

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Data 21/12/22
Documento Nº _____

PARA SER ANEXADA À ATA

Anexo nº 8

Canidelo, 21 de dezembro de 2021

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Srs. deputados

Sr. Presidente da Câmara

Srs. Vereadores

Minhas sras. e meus srs.

Tendo sido eleito deputado da Assembleia Municipal de Gaia pela Iniciativa Liberal, deparo-me agora com a difícil e exigente tarefa de avaliar a proposta da Câmara Municipal quanto ao orçamento e Opções do Plano para 2022, ponto integrado na ordem de trabalhos desta sessão, onde constam ainda outros pontos de primordial interesse.

Ora, para uma boa e fundamentada análise destes pontos, os deputados tiveram acesso a cerca de 800 folhas de informação, seis dias antes da data de hoje. Não sou avesso a informação, antes pelo contrário, mas a forma como ela foi disponibilizada não ajuda os deputados a formarem uma opinião válida e fundamentada para votarem em consciência os pontos da ordem de trabalhos.

Se não vejamos:

- Muitos das ações previstas no plano não apresentam os valores dos gastos respetivos a essas ações. Bem sei que deverão estar plasmadas nos mapas do orçamento, mas, por outro lado, torna-se moroso e difícil encontrar a verba exata a que corresponde cada ponto do plano.

- Deveria haver um resumo inicial da estratégia global da Câmara nos vários eixos apresentados, para além da simples elencagem das ações a promover.

- O mapa de pessoal, muito importante no orçamento camarário, representando cerca de 24% da despesa, ou seja, cerca de 57.500.000€, tem 214 páginas em pdf, suporte informático que não possibilita a pesquisa ou a agregação de valores, e sem um resumo que ajude a perceber o que interessa aos munícipes.
Por exemplo:
    - Qual o total de funcionários que a Câmara tem, e qual o número por departamento?
    - Quantos funcionários foram contratados e quais os fundamentos, e quantos saíram, seja por reforma ou por outro motivo qualquer no ano de 2020?
    - Qual a grelha de remunerações, por estratos de vencimento?
    - Quantos funcionários prevê a Câmara contratar e quais as razões, para além dos que serão recebidos devido à descentralização de competências?
    - Etc. etc.

Não é fácil, e em tempo útil, um deputado fazer essas contas analisando folha a folha.

Também em relação à evolução financeira da Câmara, que tem sido favorável na diminuição do endividamento total, poderia ter sido apresentado uma pequena explicação sobre a estratégia que a Câmara tem tido, e que terá no futuro, para continuar com a diminuição desse endividamento. Qual o grau e o timing dessa redução no endividamento?

O plano e orçamento da Câmara para 2022 prevê a recolha de impostos diretos de cerca de 85.900.000€, 35,7% da Receita total.

Ora, esta é uma rubrica cuja execução tem grande impacto, seja no bolso dos munícipes, seja na criação de um ambiente favorável à implantação de empresas, nomeadamente através da redução da carga fiscal por elas suportada.

Registamos com agrado a proposta de redução da derrama de 1,25% para 1% para empresas com volume de negócios superior a 150.000€ e a isenção de derrama para empresas com volume de negócios até 150.000€, para além de outras isenções de tributação para empresas que criem postos de trabalho ou transfiram a sua sede para o concelho.
Pensamos que se podia ter ido mais longe, reduzindo a derrama para os mínimos legais.

Quanto ao Imposto Municipal de Imóveis (IMI), a Câmara de Gaia tem vindo a reduzir o seu valor que era de 0,43 em 2018, 0,40 em 2019 e 0,38 em 2020.
Esperava-se que essa saudável descida continuasse em 2022, mas assim não acontece, e o valor proposto para este imposto vai ser mantido em 0,38.

Lembro que no Porto é de 0,324, em Matosinhos é de 0,325 e em Gondomar terá uma redução de 0,42 para 0,37.

Já no que concerne ao IRS pago pelas famílias a Câmara irá ficar com 4% e irá devolver às famílias 1%, o que é uma decisão que consideramos bem-vinda.
Seria, no entanto, desejável, a devolução às famílias de um valor superior. A pandemia provocou grandes alterações no rendimento das famílias, com grandes diminuições na grande maioria dos casos.
A Câmara, que teve resultados positivos de 34.350.000 € em 2019 e de 3.250.000€ em 2020, apesar dos custos acrescidos no combate à pandemia, poderia ter tido uma atitude mais benevolente na potenciação do rendimento disponível das famílias em 2022, devolvendo um valor superior de IRS ao proposto neste Orçamento.

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De 21/12/22
Documento Nº _____

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmª Mesa,
Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,
Caras e caros colegas deputados,
Estimável público,
Comunicação Social
Meus senhores, minhas senhoras,

Anexo nº 9

Estive aqui, neste mesmo local, a 28 de junho quando lembrei a memória de Manuel Menezes de Figueiredo, referindo que a política tem de ter sempre presente o interesse das pessoas, tendo elas optado pelo nosso projeto político.

Foi a pensar no interesse de todos que colocamos as contas municipais no verde, tal como foi a pensar em todos que priorizamos a Educação. Foi para todos e com todos que o Executivo Municipal focou a sua atenção e a sua atividade no apoio à população no ataque à pandemia.

É com todos e para todos que se apostou, como nunca, nos transportes.

É disto que falamos quando falamos de contas.

Falar de números é falar da vida das pessoas, é colocar em cima da mesa as opções de cada um de nós para melhorar a vida na nossa comunidade.

Temos dito que as classes médias são prioritárias nos discursos, mas esquecidos nas políticas. Todos as intervenções políticas têm na inexistente classe média uma referência obrigatória.

Mas não muitos os que, como o Presidente Eduardo Vítor, se podem orgulhar do trabalho feito e da forma como implementou políticas concretas para melhorar a vida das nossas classes médias – relembro o que ouvimos nesta casa quando se discutiu a opção pelos livros escolares para todos os alunos ou o apoio dado ao Passe Único. Não nos esquecemos, também, do que foi dito quando o Executivo decidiu apostar na requalificação das Escolas Públicas, mesmo que elas não fossem suas, tal como quando optou por investir no Hospital que, diziam alguns, "estava fora das competências municipais".

É disto que falamos quando falamos de contas – da vida concreta das pessoas!

É, por isso, que saudamos a opção política do Presidente ao transpor os eixos de desenvolvimento apresentados aos cidadãos no momento eleitoral para este plano e orçamento. e que tem como pilar central o trabalho em rede na nossa comunidade.

É um sinal de transparência, até porque ele resulta de um diálogo permanente com as pessoas que constituem as nossas instituições e a nossa Comunidade.

É um compromisso plurianual este que aqui assumimos, também enquanto membros desta Assembleia Municipal. Temos orgulho no que foi feito e que mereceu o reconhecimento da população, mas estamos convictos do muito que ainda há para fazer.

Acompanhamos o Sr. Presidente quando questiona a duração dos mandatos municipais, tal como o acompanhamos na necessidade de apresentar propostas que ultrapassam os limites dos calendários, sejam eles os anuais ou os do mandato. É preciso reforçar uma lógica plurianual e pluridimensional da atividade política.

Aliás é também por existir uma abordagem de largo espectro que tem sido possível participar de forma ativa no acesso a fundos europeus, algo que continuará a ser feito de forma ainda mais eficaz.

Sr. Presidente,

Meus senhores, minhas senhoras,

A Educação continua a ser uma prioridade deste município, convocando para o terreno político a universalidade das políticas de modo a garantir a sua efetividade junto das classes médias.

Os primeiros anos de vida, onde o apoio de um serviço de creche pode ser decisivo para promover o desenvolvimento das nossas crianças, são uma idade com escassez de resposta. É por isso que saudamos a opção pelo Voucher-creche e pelo alargamento da rede municipal de Creches.

A manutenção do apoio aos nossos estudantes ao nível dos passes, a promoção das atividades da Escola Ciência Viva e a criação do Programa Municipal Gaia Experimenta+ são exemplos que importa também destacar no âmbito do conceito Gaia Educadora.

A habitação ganha uma centralidade prioritária para todos Nós. A concretização do direito a uma habitação digna para todos é um desafio que a todos convoca. Saudamos, também por isso, a opção política feita pelo Executivo Municipal.

A saúde, até pelo momento que vivemos, está no centro da atenção de todos Nós. Já aqui valorizamos o papel do Hospital, dos Centros de Saúde e de todos os seus profissionais. Juntamos a este aplauso as IPSS que foram e continuam a ser decisivas na luta contra a Pandemia. Pela singularidade, permitam-nos que destaque a proposta municipal de colocar desfibrilhadores em todos os equipamentos municipais, bem como a formação aos trabalhadores desses espaços. Cuidar de Gaia é cuidar das nossas gentes.

As políticas de Juventude têm também merecido uma atenção muito especial e é absolutamente decisivo para o nosso futuro que possamos incluir cada vez mais jovens nos processos políticos e associativos. O GOP+ Jovem, os estágios e o voluntariado são projetos que concretizam essa opção política.

Caros colegas,

Não quero tornar exaustiva esta intervenção, mas não posso esquecer o investimento feito no Metro, na rede viária, no Metrobus, no mob+. E, obviamente, essas apostas continuam absolutamente presentes neste documento.

Aliás, este sentido de continuidade foi sufragado de forma esmagadora pelos nossos eleitores – é, por isso, sinal de aplauso que os documentos em apreço venham em linha com os anteriores.

Já perdemos a conta às vezes que aqui vimos falar de contas e, quase sempre com olhares diferentes.

Permitam-nos que voltemos a repetir – as despesas correntes são uma excelente opção política que resulta do nosso desenvolvimento e, o que nos pedem, é que se invista quando as pessoas mais precisam. É precisamente disto que estamos a falar – de opções políticas muito diferentes.

E até tinha um desafio para a nossa oposição que recorre a um velho chavão – "não existe nenhuma garantia que atirar milhões de euros para cima de um problema seja a melhor solução."

Muito bem – qual foi o problema para onde se atiraram milhões? Ou, se preferirem, qual foi o projeto que vocês deixariam cair?

E, já que aqui falamos de oposição, ao ver a informação que nos chegou no âmbito do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, sublinhar a sintonia registada em inúmeras apostas municipais, como por exemplo o MOB+ ou a aposta nas Creches.

É bom ver que concordam connosco, apesar das aparentes dissonâncias dos discursos anteriores.

Estamos também convictos que todos nos acompanham no aplauso a todos os trabalhadores do Município e das empresas municipais, sobretudo pela capacidade que tiveram de estar na linha da frente no apoio à população em tempos de pandemia.

Apoiamos as propostas do Executivo de reforçar e renovar o quadro de pessoal, de priorizar a sua formação e a sua valorização.

A capacidade de concretização das políticas municipais passa muito pela capacidade dos seus profissionais e por isso esta nossa referência à sua importância para todos Nós.

Exmº Sr Presidente,

Temos em mãos um desafio com contornos ainda algo desconhecidos – a descentralização. Com a indefinição orçamental ao nível do país, há questões que se colocam à sua concretização em Vila Nova de Gaia. Saudamos a opção pela preparação que está a ser feita, mas também acompanhamos o Executivo nas reservas que colocam, sobretudo ao nível financeiro.

Termino, deixando no ar alguma surpresa – mas, não era suposto falarem de contas? De números?

Não, não era!

As boas contas – que tanto valorizamos porque sabemos o que nos custou percorrer um longo caminho para as alcançar – são instrumentais e devem estar ao serviço das opções políticas e nunca podem ser um objetivo isolado.

É de política que aqui falamos.

É da Dedicação de todos nós à nossa Comunidade, a Vila Nova de Gaia, que aqui falamos.

Que aqui votamos!

Pela vida das pessoas.

Termino com votos de Boas Festas, desejando a todos bom Natal, um feliz 2022 e, sobretudo, muita saúde.

Vila Nova de Gaia, 21 de dezembro de 2021

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
21/12/22
Documento Nº_____

GAIA PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Anexo nº 10

Assunto: Discussão da Derrama, IRS, IMI e Taxa Municipal Direitos de Passagem(TMDP).

Relativamente aos documentos em discussão referimos as seguintes notas;

1. Ao longo dos ultimos anos o PSD quer nesta Assembleia Municipal quer em sede de reunião de Camara Municipal, tem defendido um desagravamento da carga fiscal que recai sobre os Gaienses, no caso do IMI e IRS ou das empresas no caso da Derrama.

2. No caso da devolução variável do IRS temos defendido a devolução de 50% , ou seja , da participação variável até 5% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), defendemos que 2,5% seja devolvido aos Gaienses , a exemplo do que já acontece em grande parte dos municipios portugueses de grande dimensão onde a devolução é já uma prática corrente, adotada com a finalidade de reforçar o rendimento disponível das famílias, como é o caso bem próximo de nós, de Gondomar (4,50%), Póvoa do Varzim (4%) ou mesmo Viseu (4%), entre outros.

   Atentos às atuas circunstâncias, esta devolução ainda faz mais sentido, uma vez que as famílias de uma forma geral, mais do que nunca, precisam de apoio financeiro.

   Registamos, pois, com agrado que a proposta da Câmara, finalmente avance nesse sentido. Mas, a devolução de 1%, que foi adotada para 2021, nas circunstâncias da atual crise económica e social, parece-nos de todo insuficiente, dado a perda generalizada de rendimentos.

3. A proposta que nos é presente relativamente á Taxa de IMI, aponta para a manutenção da mesma para prédios urbanos em 0,38%. As dificuldades imprevisíveis que as famílias e as empresas têm pela frente no próximo ano, mereciam um sinal diferente.

   A manutenção desta taxa de tributação, não traduz de todo a resposta que a Câmara Municipal podia e devia dar.

   Assim, nós defendemos , e os Vereadores eleitos pelo PSD fizeram essa mesma proposta , reduzir a taxa de IMI para 2022, alterando a base da taxa atual de 0,38% para 0,30%, aplicável a prédios urbanos.

4. Incidindo a taxa de Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), julgamos ser importante utilizar este imposto como um instrumento de incentivar ao tecido empresarial e de fixação das empresas no concelho.

   Assim e em alternativa à proposta que é presente pela Câmara, defendemos que:

   De acordo com o n.º 1 e n.º 10.º do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais, seja fixada a taxa da derrama nos termos seguintes:

   a) 1 % para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros;
   b) Isenção da tributação para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros;
   c) Isenção da tributação durante 3 anos para as empresas que se fixem no Concelho em 2022 e desde que criem e mantenham durante esse período, pelo menos um posto de trabalho, caso seja microempresa, ou 5 ou mais postos de trabalho, caso seja uma PME;

Face ao exposto, o PSD vota contra as propostas relativamente á Derrama, IMI e devolução da Participação variável no IRS e favoravelmente a T.M.D.P.

Vila Nova de Gaia, 21 de Dezembro de 2021

P'los Srs. Deputados do PSD,

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/12/21
Documento Nº_____

Anexo nº 11

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmª Mesa,

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação,

Caras e caros colegas deputados,

Estimável público,

Comunicação Social,

Polícia Municipal

Meus senhores, minhas senhoras,

Estamos legitimados pela vontade expressa de quem nos avaliou, pelo que fizemos e pelo que nos propomos fazer.

Estamos aqui porque temos um passado recente escrutinável e escrutinado; estamos aqui porque soubemos vencer um passado de má memória; e estamos aqui porque temos a confiança dos Gaienses.

Porque reconheceram valia no que executamos, e confiaram no que nos propusemos fazer. Porque acreditaram em quem, inequivocamente, mostrou seriedade, responsabilidade, trabalho e compromisso.

Em tempos muito difíceis!

Difíceis porque de grande abrangência e dimensão, mas também difíceis porque o que é desconhecido não permite ter respostas anteriormente testadas.

Todavia, o executivo municipal e o seu Presidente sempre estiveram na linha da frente, decerto também com os seus medos e receios, mas sempre presente e sempre a travar o combate à pandemia que nos assolou e ainda assola.

Mesmo com alguns Gaienses a não se sentirem suficientemente motivados para participar no mais nobre acto cívico que é votar, uma imensa maioria sufragou as propostas e a acção do projecto "Dedicados a Gaia" e a liderança do Senhor Professor Eduardo Vitor Rodrigues.

É nossa obrigação sermos dignos da confiança dos Gaienses.

É o que nos propomos desde já fazer espelhando os nossos compromissos no plano e orçamento que hoje apreciamos, discutimos e aprovamos.

Citando, "Sabemos que não é possível fazer tudo de uma só vez mas importa trabalhar por prioridades claras e escrutináveis."

Senhor Presidente,

Aprovamos um plano e orçamento que ilustra a nossa ambição para Vila Nova de Gaia e para os Gaienses.

Permitam-me alguns sublinhados ao orçamento apresentado.

35,7% da receita provém da rúbrica Impostos Directos – 86M€

43,2M€ - IMI – 50,2%

6,5 M€ - Derrama – 7,6%

25,93% da receita provém da rúbrica Transferências Correntes – 62,4M€

17,6M€ - transferência Variável de IRS – 28,2%

Estes sublinhados permitem realçar a importância destas receitas para o orçamento do Município de Vila Nova de Gaia.

Esta importância torna mais extraordinária a redução efectiva que já foi levada a cabo nos anteriores mandatos.

Porque foi claro que o equilíbrio das contas municipais foi conseguido pela melhor, mais proba e mais cuidada da gestão.

O equilíbrio tinha de ser conseguido na Camara Municipal e não à conta de mais sacrifícios para os Gaienses.

As taxas foram reduzidas na percentagem responsavelmente possível.

Este propósito mantém-se!

E esta redução responsavelmente possível foi determinada pelo ponto de partida deste ciclo autárquico.

Quebrou com 16 anos de taxas sempre no seu valor máximo legalmente possível e ainda umas outras taxas que o delírio que se viveu ajudou a inventar. Era sempre a subir! As rampas também, pois claro!

Evocando agora argumento sem tracção à realidade; descobrindo agora virtualidades em taxas que não no seu valor máximo; ousando demagogicamente propor alterações apenas porque sim é um número pífio de pirueta muito tonta.

Propor coisa diferente é um direito que assiste a todos, mas não objectivar a dimensão do impacto do que se propõe, não apresentar os cortes que correspondem ao impacto da alteração não é só pífio como é intelectualmente muito duvidoso e é um argumentário digno de outras latitudes e de outras geografias que não as de Vila Nova de Gaia.

Senhor Presidente

Tendo presente o que apreciamos no ponto anterior desta reunião da Assembleia Municipal, que vivamente aplaudimos, o Grupo Municipal do Partido Socialista como parte integrante do projecto Dedicados a Gaia liderados pelo Senhor Prof Doutor Eduardo Vitor Rodrigues aprova as propostas apresentadas pelo executivo municipal, porque cientes do rumo e da ambição para Vila Nova de Gaia e para os Gaienses.

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, 21 de dezembro de 2021

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

(Carlos Vergueiro)

GAIA PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
De: 21/12/22
Documento Nº_____

Mapa de Pessoal

Anexo nº 12

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais

Senhores Jornalistas e Autoridades da Polícia Municipal

Cumpre pronunciarmo-nos relativamente ao mapa de pessoal para 2022. Começamos por salientar a importância dos recursos humanos (RH) para assegurar a missão e as atividades do município. A valorização e a motivação dos trabalhadores são essenciais para solidificar o compromisso dos trabalhadores para com a da Câmara Municipal de Gaia (CMG) e permitir a esta funcionar com maior eficiência.

Com o processo de descentralização de competências da administração central para as autarquias, determinado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, verifica-se a transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Resultará deste processo, inexoravelmente, a necessidade de contratação de novos funcionários.

Dado o exposto, entendemos que a nossa posição deve ser, por princípio, favorável a um mapa de pessoal que potencie os desígnios aqui explicitados.

Todavia, ao analisarmos os documentos relativos ao mapa de pessoal para 2022 que nos foram presentes, constatamos:

1. Falta um sumário executivo para 2022 que, após efetuar um enquadramento geral e fundamentado das necessidades de pessoal para 2022, identifique, num mapa sintético, o Mapa de Pessoal para 2022, incluindo os Postos de Trabalho (PTs) previstos, Ocupados, Cativos e Vagos, assim como o Mapa de Pessoal de 2021, e o Diferencial entre os Mapas de Pessoal de 2021 e 2022;
2. Consultando os documentos que nos foram enviados, não nos foram proporcionados dados tão simples como o número global de trabalhadores que saíram definitivamente do município em 2021, o número total de postos de trabalho cativos ou o número total de postos de trabalho vagos, etc.;
3. Não nos foi proporcionada adequada fundamentação do mapa de pessoal ou explicitada a metodologia utilizada para determinar o número de PTs necessários.

Ou seja, não nos foi proporcionada informação que nos permita pronunciarmo-nos com um mínimo de rigor relativamente ao Mapa de Pessoal que nos foi enviado.

Apesar disso, e porque entendemos que o mapa de pessoal é um instrumento muito relevante para a gestão da autarquia, não iremos votar contra. Mas esperamos que, em anos futuros, nos seja proporcionada adequada informação para, perante um mapa de pessoal que consideremos adequado, o poder votar favoravelmente. De outro modo, obrigar-nos-ão, mais uma vez, a uma tomada de posição que nunca poderá ser a de aprovação.

Vila Nova de Gaia, 21 de dezembro de 2021

Pel'o grupo do Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Fernando Almeida

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo nº 13

MINUTA DE ATA Nº 4

Reunião Ordinária de 21.12.2021

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

Foi um **Voto de Pesar,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS, "Pelo falecimento do Senhor António Alves de Almeida, pai da Senhora Deputada Mónica Almeida", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

1) No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Orçamento e Opções do Plano para 2022, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º e do n.º 2 do art.º 27.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 do CDS). --

b) **Foi o ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o Ano 2022", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (19 do PS e 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS), 08 votos contra (05 do PSD, 01 do PAN, 01 do IL e 01 do CH) e 06 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 02 do CDS). ----------

c) **Foi o ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), para o Ano 2022", **Aprovado por Maioria,** com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE e 02 da CDU). --

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

d) **Foi o ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.), para o Ano 2022", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 01 do PAN), 11 votos contra (05 do PSD, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH) e 02 abstenções do BE. ----------

e) **Foi o ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.), para o Ano 2022", **Aprovado por Maioria**, com 45 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 do CDS, 01 do IL e 01 do CH), 02 votos contra da CDU e 01 abstenção do PAN. ----------

f) **Foi o ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Mapa de Pessoal para o Ano 2022", **Aprovado por Maioria,** com 41 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do IL e 01 do CH). ----------

g) **Foi o ponto 4.22. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à aprovação do Pedido de Renovação de Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por mais 5 anos – 2267/20 – Cert. Freguesia de S. Félix da Marinha, solicitado por Rui Vaz das Neves Macedo Ribeiro", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) **Foi o ponto 4.23. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Raínha, Rua das Pedrinhas Brancas e da Rua Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022**: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

- **Ano de 2023**: € 2.402.666,64 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2024**: € 600.666,68 (seiscentos mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL. ----------

i) **Foi o ponto 4.24. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos ao Concurso Público para Contratação da Empreitada do "Projeto de Regeneração da antiga Fábrica de Madeiras da Feiteira, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 1.260.934,68 (um milhão, duzentos e sessenta mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2023:** € 2.521.869,34 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

j) **Foi o ponto 4.25. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Dotação de Ligações Mecânicas no Centro Histórico/Ligações Mecânicas Castelo de Gaia (ligações A, B, C e D), em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 847.465,61 (oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2023:** € 1.694.931,20 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e um euros e vinte cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL. ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

k) **Foi o ponto 4.26. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de reformulação do Nó de Santo Ovídeo, em cumprimento do art.º 22-º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 469.495,80 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2023:** € 1.877.983,16 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e oitenta e três euros e dezasseis cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

l) **Foi o ponto 4.27. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Santa Marinha, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 1.793.599.96 (um milhão, setecentos e noventa e três mil, quinhentos e noventa e nove euros e noventa e seis cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2023:** € 929.575,23 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e três cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

m) **Foi o ponto 4.28. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização da reprogramação dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 932.800,02 (novecentos e trinta e dois mil e oitocentos euros e dois cêntimos (IVA incluído); ----------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

- **Ano de 2023:** € 1.399.199,98 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, cento e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria,** com 46 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS e 01 do PAN) e 02 abstenções (01 do IL e 01 do CH). ----------

n) **Foi o ponto 4.29. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à autorização dos encargos plurianuais, relativos à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, do seguinte modo: ----------

- **Ano de 2022:** € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2023:** € 3.534.240,88 (três milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos (IVA incluído); ----------
- **Ano de 2024:** € 294.520,07 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte euros e sete cêntimos (IVA incluído)", **Aprovado por Maioria**, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do CH) e 01 abstenção do IL. ----------

o) **Foi o ponto 4.30. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Aditamento do terceiro Aditamento ao "Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, explorado pela STCP – Recolha de Informação para Assinatura", **Aprovado por Maioria**, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 02 da CDU, 02 do CDS, 01 do PAN e 01 do IL) e 01 abstenção do CH. ----------

p) **Foi o ponto 4.31. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno pertencente ao Domínio Público Rodoviário, sita sobre o Túnel da A44/IC23, na União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, a Celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade**. --------

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 01 horas e 58 minutos do dia 22 de dezembro de 2021, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pelo Senhor Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO

(José Manuel Couto, Prof. Dr.)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)

Assembleia Municipal
Rua Álvares Cabral S/N
4400-017 Vila Nova de Gaia
Tel. 223742475